

# O COMPÊNDIO DA GRAMMATICA PORTUGUEZA NO ÂMBITO DA GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA DO INÍCIO DO SÉCULO XIX

**Teresa Teixeira Moura\***  
**Carlos Assunção\*\***

*Resumo:* No dealbar do século XIX, mais precisamente em 1804, foi publicado anonimamente o *Compêndio da grammatica portugueza*. Com uma segunda edição igualmente anónima de 1839, é uma obra que se dirige a um público marcadamente escolar, pretendendo instruir a mocidade portuguesa. Não se encontra nenhuma referência explícita às fontes, embora pareça evidenciar alguma influência da gramaticografia portuguesa setecentista. Dado que a obra revela, todavia, algumas novidades, sobretudo na exposição das matérias e na terminologia linguística utilizada, pretendemos fazer uma apresentação sucinta das duas edições desse compêndio, dando relevância às possíveis diferenças entre as edições, ao mesmo tempo que visamos estabelecer as fontes que o autor poderá ter consultado.

*Palavras-chave:* Historiografia linguística. Gramaticografia portuguesa setecentista-oitocentista. Partes da gramática.

## INTRODUÇÃO

Como o próprio título indicia, *Compêndio da grammatica portugueza para instrução da mocidade* é uma obra essencialmente didática cuja primeira edição veio a lume em 1804 e, a segunda, em 1839. As duas edições são publicadas anonimamente e, apesar dos trabalhos levados a cabo sobre esta gramática por Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso) e Moura (2012), não existem quaisquer referências ao seu autor. Além disso, como salienta

---

\* Doutora em Linguística pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Utad) – Vila Real – Portugal. Professora auxiliar na Utad. *E-mail:* tmoura@utad.pt

\*\* Doutor em Linguística pela Utad. Professor catedrático na mesma instituição. *E-mail:* cassunca@utad.pr

Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), nas obras gramaticográficas do século XIX apenas encontramos uma referência em Moura (1823, p. 426) que adianta tão só a informação de “anonymo”.

Embora não revele inovações significativas na teoria linguística apresentada, o compêndio em análise patenteia algumas novidades na exposição das matérias e na terminologia linguística usada, ao mesmo tempo que parece evidenciar algumas influências das obras gramaticais portuguesas setecentistas. Assim, é nosso intento, neste estudo, fazer uma breve apresentação dessa gramática, procurando estabelecer as fontes, já que o autor nada menciona a esse respeito, à exceção da referência às duas edições da gramática de Contador de Argote, de 1721 e 1725, cuja tábua de conjugações verbais aí apresentada é adotada pelo anônimo com a advertência seguinte:

*Para que de hum lançar d'olhos se possa ver a differença das terminações destas tres conjugações, e em que ellas convêm, trasladaremos aqui a Taboa, de que já usou Grammatico Maldonado, e se lê na sua Grammatica ultimamente impressa em 1725 com o título, Regras da Grammatica Portugueza (ANÓNIMO, 1804, p. 58).*

Neste sentido, tentaremos identificar as matérias em que nos parece mais visível essa influência setecentista, evidenciando também aquelas nas quais o autor se afasta dela.

## ESTRUTURA E CONTEÚDO

Não obstante o frontispício da edição de 1839 do *Compêndio da grammatica portugueza para instrucção da mocidade* conter a designação de “nova edição”, do cotejo às duas edições do compêndio em análise podemos verificar que não existe qualquer diferença entre elas, a não ser a exposição das matérias que se encontra em páginas distintas nas duas edições.

Assim, essa gramática está dividida em três partes que correspondem aos três capítulos apresentados, que, por sua vez, estão subdivididos em parágrafos. O primeiro capítulo é dedicado à etimologia, contendo a definição de gramática e as suas partes, abordando, posteriormente, as partes da oração. O capítulo segundo é consignado à prosódia e o terceiro à sintaxe. Essa divisão não é inválida, porém, o facto de o autor considerar que a gramática se divide em quatro partes “Ethymologia, Prosodia, Orthografia, e Syntaxe” (ANÓNIMO, 1804, p. 3), admitindo, no entanto, que a ortografia será tratada noutra lugar (ANÓNIMO, 1804, p. 3).

Embora esta divisão da gramática contemple, conforme Kemmler (2007, p. 383) e Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), a sequência clássica mais comum dos gramáticos setecentistas, não faltam exemplos de propostas diferentes, como foi o caso de Fonseca (1799, p. 2) que, segundo Moura e Assunção (2012, p. 99), havia dividido a sua gramática em ortografia e sintaxe, pelo que o anônimo de 1804 apresenta uma compartimentação da gramática muito próxima à de Lobato, já que para esse autor a gramática portuguesa consta de “[...] quatro partes, que são: Ortografia, Prosodia, Etymologia, e Syntaxe” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 143 [1]). Acresce ainda notar que a exposição dos conteúdos é também muito semelhante, pois Lobato trata em primeiro lugar

a etimologia, na qual engloba a prosódia, e depois a sintaxe, excluindo do seu estudo a ortografia, prometendo elaborar um tratado de ortografia separado da gramática, pelas razões que se seguem:

*[...] Não cause reparo promettello separado da presente Arte, por quanto me conformo com o costume dos Grammaticos, que nas Artes não tratão da Orthografia, sem embargo de ser huma das partes, de que consta a Grammatica; e isto sem dúvida pela razão de ser a Orthografia por si só materia bastante para fazer hum tratado separado (LOBATO apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 141 [XXXII]).*

Neste contexto, somos da opinião de que o gramático anônimo muito provavelmente se inspirou em Lobato, apesar de existir uma distribuição das matérias bastante similar na *Arte da grammatica portugueza* de Pedro José de Figueiredo, na sua edição de 1799, já que o autor divide a gramática em três livros, dedicando o primeiro ao estudo das partes da oração, o segundo que intitula “Da Quantidade das Syllabas” (FIGUEIREDO, 1799, p. 99) e o terceiro à sintaxe (FIGUEIREDO, 1799, p. 106), contemplando, assim, a etimologia, a prosódia e a sintaxe. No entanto, Figueiredo só em edições posteriores é que adianta a divisão da gramática admitida quer por Lobato, quer pelo anônimo, justificando, nessas edições, a omissão da ortografia:

*Ainda que seja a ordem natural das partes da Grammatica, a que seguimos de orthografia, prozodia, etymologia, e syntaxe, porque primeiro está tratar das letras, depois das syllabas, em terceiro lugar das palavras, e ultimamente da oração, contudo os grammaticos mui doutos, seguindo com razão a ordem da doutrina, tratam em primeiro lugar da etymologia, depois da prozodia, e ultimamente da syntaxe; e omittem de ordinario em seus compendios a orthografia: e assim o pratiquei tambem a exemplo dellas (FIGUEIREDO, 1837, p. 115).*

Antes de caracterizar a etimologia, o gramático anônimo apresenta a definição de gramática, seguindo uma caracterização normativa, no sentido que lhe confere Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), pelo que afirma que a gramática “[...] he a Arte de fallar, e escrever sem erros em Linguagem Portugueza” (ANÓNIMO, 1804, p. 58), aproximando essa definição à de Lobato para quem “a Grammatica Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza” (apud ASSUNÇÃO 2000, p. 143 [1]), concluindo: “[...] ser a oração Portugueza o fim das regras da Grammatica Portugueza” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 143 [1]). No entanto, afasta-se dele, na medida em que não identifica a noção de gramática com a noção de oração no sentido que lhe atribuiu Francisco Sánchez, como de resto já haviam realçado Assunção (2000, p. 57), Moura (2012, p. 171) e Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso).

Quanto à etimologia, anônimo dá uma noção distinta da de Lobato, já que não faz referência à oração. Assim, se para o anônimo “Etymologia he aquella parte da Grammatica, que ensina a conhecer as palavras, suas diferenças, e propiedades” (ANÓNIMO, 1804, p. 4), para Lobato “[...] he a parte da Grammatica, que ensina as diversas especies de palavras, que entrão na oração portugueza, e as suas propiedades” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 144 [2]). Daqui se depreende que o gramático anônimo parece não ter seguido Lobato, pois, como sublinham as investigadoras Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso) e Loureiro (2012, p. 345), a noção “etimologia” só aparece associada

às partes da oração e não à palavra (no sentido histórico de léxico) em Lobato (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 143 [1]) e em Barbosa (1807, p. 1 e 1822, p. 1).

Após explicar o termo “etimologia”, anônimo passa a enumerar as classes de palavras da língua portuguesa, reduzindo-as a três: “Nome, Verbo e Partícula” (ANÔNIMO, 1804, p. 4). Esta exposição afasta-o por completo do esquema clássico mais comum da tradição latina apresentado por Lobato, uma vez que este considera nove classes, “Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição, Adverbio, Conjunção, Interjeição” (LOBATO apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 61-62), incluindo o artigo que não existia em latim. Lobato distancia-se, desse modo, de Francisco Sánchez, um dos autores que mais cita. No entanto, como evidencia Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), os gramáticos considerados como imitadores de outros autores ou que eles próprios admitem sê-lo insistem em desviar-se dos seus modelos quando tratam as partes do discurso.

Consequentemente, na doutrina das partes do discurso, o gramático anônimo parece, então, filiar-se a Francisco Sánchez, na medida em que apresenta o mesmo sistema triádico do autor espanhol sem qualquer alteração. Apesar dessa constatação, não podemos afirmar se o gramático anônimo teria tido uma influência direta da doutrina de Sánchez de las Brozas ou se herdou essa compartimentação de qualquer outro gramático luso, pois não devemos esquecer que no período setecentista-oitocentista em Portugal, como sublinha Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), os sistemas ternários da classificação das partes da oração concorriam com os sistemas octádicos clássicos, estando presentes até nas gramáticas destinadas ao ensino, como é o caso do compêndio do anônimo em estudo. Seja como for, o sistema ternário exposto pelo gramático anônimo assemelha-se a uma das derivações do sistema ternário apresentado por Figueiredo que, na sua *Arte da grammatica portugueza*, advoga: “As partes da Oração Portugueza são quatro: Artigo, Nome, Verbo, e Partícula” (FIGUEIREDO, 1799, p. 5), sendo que esse autor parece ter sofrido uma influência do Brocense, de acordo com a opinião de Duarte (2012, p. 301) e Moura (2012, p. 189).

Já no que diz respeito a cada uma das classes de palavras, constatamos que em relação ao nome o anônimo adianta uma definição muito semelhante à de Lobato, usando o mesmo critério semântico ontológico, no sentido que lhe confere Auroux<sup>1</sup> (1988, p. 110-111), pois considera que o “Nome he huma palavra, que significa huma cousa, ou a qualidade de huma cousa”, pelo que se divide em nome substantivo que “[...] he aquella palavra, que significa huma cousa, como *Homem, Bruto*” (ANÔNIMO, 1804, p. 4); e o “Nome Adjectivo he huma palavra, que significa a qualidade de huma cousa, e por isso depende de hum Substantivo, como *branco, bom, bello*” (ANÔNIMO, 1804, p. 9). Vejamos, então, a definição proposta por Lobato (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 151-154 [9-12]):

*Nome he huma voz, com que se nomeão as cousas, e suas qualidades [...]. O nome ou he Substantivo, ou Adjectivo. Substantivo he aquella, que por si só, isto he, sem dependencia do Adjectivo, significa completamente huma cousa, assim como Ceo, Terra. [...] O Nome Adjectivo he aquella, que significa a qualidade da cousa, que significa o Nome substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo, como v. gr. Adjectivo Branco, [...].*

1 Os critérios linguísticos adotados neste trabalho são os de Auroux (1988).

Ora, se tivermos em conta que, tal como já foi referenciado por Assunção (1997, p. 189; 2000, p. 66-67), Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso) e Moura e Assunção (2013, p. 95), Lobato foi o primeiro autor português a estabelecer o substantivo e o adjetivo como subclasses do nome na língua portuguesa, é natural que o gramático anónimo tenha adotado o mesmo princípio, considerando, tal como Lobato, que a divisão do nome em substantivo e adjetivo constitui a única divisão do nome, sendo, aliás, a mesma divisão que já tinha sido apresentada por outros gramáticos setecentistas, dos quais se destaca Figueiredo (1799, p. 6).

Apesar desse ponto de vista, quando aborda as propriedades do adjetivo, o gramático anónimo critica todos aqueles autores que colocaram na lista dos substantivos alguns adjetivos, apresentando o exemplo de “Rei e Príncipe”, reiterando que “Por não terem observado bem os Grammaticos a natureza destes, e outros nomes semelhantes, os contaõ na classe dos Substantivos, sem advertir que todos significão qualidade e dependem de hum Substantivo” (ANÓNIMO, 1804, p. 10-11), pelo que se afasta por completo quer de Reis Lobato (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 161-162 [19-20]) quer também de Figueiredo (1799, p. 7), que incluíam esses nomes na subclasse dos adjetivos.

Quanto às subclasses dos substantivos e dos adjetivos, verificamos que o anónimo parece seguir de perto o esquema de Lobato, embora com alguns ajustamentos. Assim, o gramático de 1804 subdivide o substantivo em próprio e comum ou apelativo (ANÓNIMO, 1804, p. 5), mas não apresenta a subdivisão de apelativo em coletivo, aumentativo e diminutivo de Lobato (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 152-153 [10-11]). O adjetivo é subdividido pelo anónimo em “[...] Méro, chamado tambem Positivo, Adjectivo Pronome, Adjectivo Participio” (ANÓNIMO, 1804, p. 9), limitando-se a apresentar a sua definição. Refere ainda o adjetivo numeral, o pátrio, o patronímico, o comparativo e o superlativo (ANÓNIMO, 1804, p. 10), mas trata apenas da formação dos dois últimos. Recordemos, a esse respeito, que Lobato (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 172-174 [30-32]) tinha dividido o adjetivo em pronome, participio, numeral, pátrio, gentílico, comparativo e superlativo.

O tratamento levado a cabo pelo anónimo a respeito do verbo ocupa uma parte significativa do compêndio de 1804, já que esse assunto ocupa 83 páginas do conjunto de 140 páginas que totalizam a gramática. Nesse contexto, anónimo, por meio de um critério semântico ontológico, defende: “O Verbo he huma palavra, que affirma huma accção activa, ou passivamente” (ANÓNIMO, 1804, p. 30). Como se depreende dessa caracterização, o autor salienta o conceito de afirmação que, segundo Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), pode ter herdado de Lobato, para quem o “Verbo he huma palavra, que na oração affirma alguma cousa, como v. gr. nesta oração: *Pedro ama as virtudes*, onde a palavra *ama* he verbo, porque affirma a acção, que Pedro faz de amar as virtudes” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 197 [55]).

Posteriormente, numa linha de contraste, anónimo estabelece a divisão do verbo em ativo quando “[...] he huma palavra, que affirma huma acção activamente, isto he, considerada sómente como feita por um sujeito” (ANÓNIMO, 1804, p. 30), e passivo quando “[...] he aquella palavra, que affirma huma acção passivamente, isto he, considerada como feita por hum sujeito, e empregada n’outro que a soffre” (ANÓNIMO, 1804, p. 30). Essas definições são praticamente as mesmas de Lobato, pois esse autor admite que o “Verbo activo he aquelle,

que afirma alguma acção” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 197 [55]) e o “Verbo passivo pelo contrario he aquelle, que afirma paixão” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 198 [56]). Porém, o gramático de 1804 tende a afastar-se de Lobato, na medida em que estabelece uma subdivisão do verbo ativo em mero ou transitivo e neutro ou intransitivo, sendo que as designações de transitivo e intransitivo estão praticamente ausentes nas artes portuguesas setecentistas, cuja exceção se deve a Figueiredo que, numa linha de continuidade da doutrina do Brocense, segundo as indicações de Moura (2010, p. 622) e Duarte (2012, p. 302), compartimenta o verbo ativo em transitivo, neutro ou intransitivo, e reflexivo ou recíproco (FIGUEIREDO, 1799, p. 23), reorganizando em edições posteriores a sua divisão do verbo ativo em transitivo e intransitivo (FIGUEIREDO, 1837, p. 21).

Por essa razão, não é despidiendo adiantar uma possível influência de Figueiredo no anónimo. De fato, para ambos, o verbo ativo transitivo é aquele cuja a acção passa a outra coisa e o intransitivo é aquele cuja a acção não recai fora do sujeito, pelo que os “conceptos de orden sintáctico ‘transitivo’ e ‘intransitivo’ fueron lenta e soterradamente invadiendo el terreno (de orden semántico) de los términos *activo y neutro*” (GÓMEZ ASENCIO, 1985, p. 134).

À semelhança de Lobato, anónimo admite a conjugação do verbo por modos, tempos, números e pessoas. Nos modos reconhece os mesmos quatro admitidos por Lobato, ou seja, indicativo, imperativo, conjuntivo e infinitivo, embora não caracterize nenhum deles. Nos tempos, adianta o presente, o pretérito imperfeito, o pretérito perfeito próximo, o pretérito perfeito remoto, o futuro próximo e o futuro remoto, sendo, de resto, os mesmos tempos admitidos por Lobato. No entanto, as designações próximo e remoto que o anónimo utiliza para o pretérito perfeito e para o futuro constituem uma nomenclatura que não é visível nas gramáticas do século XVIII, mas que são, de acordo com Calero Vaquera (1986, p. 121), “antiguas nociones latinas ‘que ordenaban los tiempos verbales homogéneamente en una línea continua de tiempo, a distancias progresivas contando siempre desde el instante de la palabra’”. Assim, o pretérito perfeito próximo do anónimo corresponde ao pretérito perfeito de Lobato, o pretérito perfeito remoto corresponde ao pretérito mais que perfeito, o futuro próximo ao futuro imperfeito e o futuro remoto ao futuro perfeito, respectivamente.

No que diz respeito à conjugação verbal, anónimo adota um comportamento similar ao de Lobato, começando por expor a conjugação dos verbos auxiliares, apresentando, na senda de Lobato, os verbos *ser*, *ter* e *haver*. Depois apresenta os verbos regulares, com o infinito terminado em *-ar*, *-er* e *-ir*, nos tempos simples e compostos, e, por fim, os verbos irregulares, todavia neste último assunto é um pouco mais sintético do que Lobato.

Ao contrário do tratamento dedicado ao verbo, anónimo consigna ao estudo do que designa por “partícula” apenas duas páginas, é muito sintético e limita-se a apresentar definições de forma muito aligeirada.

Inicia o seu estudo com a definição de partícula, evidenciando o seu papel no contexto da oração. Assim, “PARTICULA he huma palavra, que por si só não significa nada, mas posta junta ao Nome, ou Verbo na Oração, serve de indicar alguma circunstancia” (ANÓNIMO, 1804, p. 112). Nas gramáticas portuguesas setecentistas, apenas encontramos a caracterização de partícula em Figueiredo que entende ser “uma voz indeclinavel, sem significação particular, e sem tempo, que na ordem do discurso serve como de socorro às outras partes para sua inteira composição” (FIGUEIREDO, 1799, p. 93). Porém, não podemos afirmar



se Figueiredo teve alguma influência no gramático anônimo, embora, como já foi aflorado, existam alguns indícios dessa presença, sobretudo na subdivisão de partícula, pois ambos os gramáticos admitem o advérbio, a preposição, a conjunção e a interjeição, sendo que o anônimo também admite o artigo que não é contemplado por Figueiredo como uma das subclasses da partícula. Contudo, como sublinha Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), a integração do artigo na categoria do nome ou da partícula ocorre normalmente nos sistemas triádicos, sendo que em Portugal se verificou pela primeira vez no gramático anônimo em estudo.

Apesar dessa semelhança, a definição de artigo, assente na combinação de um critério funcional distribucional com um critério funcional sintático, proposta pelo anônimo, parece demonstrar influências de Lobato, na medida em que o anônimo argumenta que “he huma partícula, que na Oração junta ao Nome, serve para determinar a sua significação, e por isso nunca se ajunta ao Nome Proprio; e posta junto ao Verbo serve para indicar que falta na oração alguma de suas partes” (ANÓNIMO, 1804, p. 112), muito embora o anônimo não recorra ao critério semântico ontológico utilizado por Lobato, para quem o

*[...] ARTIGO he huma palavra, que por si só não significa cousa alguma completamente; mas posta na oração antes do nome Appellativo, ou Commum, lhe restringe, e determina a sua significação geral, fazendo-a pertencer a huma só pessoa, ou cousa* (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 150 [8]).

Como evidencia Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), a novidade da definição de artigo proposta por Lobato prende-se com o facto de o artigo já não ter como função principal a marca do género ou do caso, mas pôr em relevo a modificação do significado do substantivo, sendo precisamente esse aspeto que é sublimado pelo anônimo. Essa característica constitui, de resto, segundo Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso) uma influência da *Grammaire générale*, que está presente, por exemplo, em Dumarsais.

No seguimento de Lobato, anônimo admite duas espécies de artigo (o, a) com variação em número (singular, plural), pelo que “o Artigo o, os serve para se ajuntar ao nome do genero masculino; e o Artigo a, as para se ajuntar ao nome do genero feminino” (ANÓNIMO, 1804, p. 112-113). Apesar disso, afasta-se de Lobato, visto que não considera que o artigo tenha declinação por casos.

Por meio de um critério semântico funcional, anônimo limita-se a admitir que a “PREPOSIÇÃO he huma partícula que na Oração serve para indicar varias circunstancias” (ANÓNIMO, 1804, p. 113), afastando-se, conseqüentemente, da definição de Lobato, na medida em que para este autor, à semelhança da tradição latina, o conceito de regência parecia ser o aspeto fundamental da noção de preposição, pois considera que “he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa; mas posta na oração antes do nome, rege a este para estar no caso, que elle pede” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 293 [151]).

Na definição de advérbio, anônimo recorre ao critério funcional sintagmático. No entanto, se tivermos presente a noção de partícula, verificamos também a presença do critério semântico, na medida em que ela não tem significado próprio. Assim, “ADVERBIO he huma partícula que junta ao Verbo serve para modificar a acção, que elle affirma, indicando alguma circumstancia” (ANÓNIMO, 1804, p. 113). Como se depreende dessa caracterização, o caráter da modificação é fundamental para o autor, embora a limite ao verbo. À partida, esta será a

tradição menos comum em Portugal, pois, como sublinha Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), no século XVIII em Portugal, a maior parte dos gramáticos defende que o advérbio modifica outras palavras, além do verbo. Apesar disso, há muitos autores que, não restringindo a ação do advérbio ao verbo, acabam por limitar essa ação ao verbo. Esse procedimento é adotado por Lobato que, não obstante defender que o advérbio se “junta na oração a outra palavra”, como sublinhou Assunção (2000, p. 80), acaba por restringir essa ação ao verbo nos exemplos que apresenta.

A conjunção é definida pelo anônimo mediante um critério funcional, como “huma particula que na Oração serve de unir, não só as méras palavras, mas também o sentido das Orações” (ANÓNIMO, 1804, p. 113). Dessa definição se pode constatar que o gramático atribui à conjunção um peso igual, quer na união palavra-palavra, quer na ligação oração-oração. É, assim, mais consequente do que Lobato, na medida em que, como constata Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), a definição de Lobato é equivocada, não se sabendo se ele restringe ou não a noção de conjunção à ligação das frases, pois considera que “he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa; mas que posta no discurso, serve de ajuntar os membros, ou partes delle, do que lhe provém o nome” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 297 [155]). No entanto, como salienta Assunção (2000, p. 81), a noção de conjunção apresentada por Lobato engloba não só a ligação das palavras, mas também a união das frases, pelo que há uma correspondência entre as duas definições.

Ao terminar o assunto das partes da oração, anônimo faz ainda uma brevíssima referência à interjeição, utilizando o mesmo critério funcional já antes usado para a conjunção, ao qual alia um critério semântico psicológico, defendendo que a “INTERJEIÇÃO he huma particula, que na Oração serve de indicar os affectos de nossa alma” (ANÓNIMO, 1804, p. 113), e, embora recorra à designação “afeto” que, segundo Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso), é utilizada muito raramente, assemelha-se à noção de Lobato, visto que a “Interjeição he huma voz indeclinal, que serve para exprimir as diversas paixões da alma” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 298 [156]). Essa constatação, porém, não constitui nenhuma novidade, visto que, de acordo com Schäfer-Prieß (no prelo, 4.5. Descrição das partes do discurso) e Assunção (2000, p. 82), a interjeição é a parte do discurso que reúne mais consenso entre os autores.

No capítulo II, anônimo dedica-se à prosódia, considerando que “he aquella parte da Grammatica, que ensina a pronunciar as palavras com o seu devido accento, abreviando ou alongando o som da voz” (ANÓNIMO, 1804, p. 114). Essa definição assemelha-se à de Lobato que considera: “he huma parte da Grammatica, que ensina a pronunciar as syllabas com o seu devido accento” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 299 [157]). Aliás, as semelhanças entre anônimo e Lobato parecem estender-se ao tratamento da prosódia em geral, já que a metodologia apresentada pelo anônimo faz lembrar a de Lobato, com diferenças mínimas, apresentando as sílabas longas e breves e repetivas regras.

Assim, tal como Lobato, anônimo defende que todas as palavras que acabam em *-a*, *-e*, e *-o* são breves, mas entre as exceções defende que são longas: “Todas as palavras monosyllabas, como *Cá, Chá, Lá*” (ANÓNIMO, 1804, p. 118), porém, com a advertência seguinte:

*Naõ exceptuo, como alguns o nome Lãa, Vãa &c., porque a meu ver estas, e semelhantes terminações acabaõ em a, e a pronunciaçãõ desta letra he tão breve,*



*que ao parecer soa sómente o n supprido na escritura pelo asterisco ~. E taõ bem fundada me parece esta opiniaõ, que sendo naõ só regra geral em nossa linguagem pronunciar o n com a vogal antecedente nas syllabas dos nomes, que adoptamos, ou da lingua latina acabados em anus, ana, ou da espanhola em ano, ana, como Lana, Sana, Vana, do Latim: Christiana, Aldeana, do Es-panhol, pronunciando, Lan-a, San-a, Van-a, Christan-a, Aldean-a, para facilitar a intelligencia desta pronunciaçaõ, escrevemos Lãa, Sãa, Vaã, Christãa, Aldeãa; mas tambem digo, sendo regra geral em nossa linguagem converter nos adjectivos de duas formas a terminaçaõ o em a, quando he feminino, dizendo Sant-o, Sant-a, naõ sei para que havemos de exceptuar os adjectivos v. g. São, Vão, e fazer huma irregularidade, que se evita mudando o o final em a, quando he feminina a terminaçaõ dizendo São, Sãa, Vão, Vãa (ANÓNIMO, 1804, p. 118-119).*

Esse comentário, de resto, parece dirigir-se a gramáticos como Pedro de Figueiredo, na medida em que esse autor, entre as exceções das palavras terminadas em *-a* que não são breves, diz o seguinte:

*Tambem se exceptuam, aindaque nelles sôa menos clara a vogal, alguns Nomes pertencentes á primeira Declinação, como Lã, Romã, Manhã, Rã, Maçã &c; com os da terminaçaõ feminina dos Adjectivos acabados em o dithongo ão, assimcomo: Sã, Vã, Meã, Cidadã, Cortesã &c. (FIGUEIREDO, 1799, p. 99).*

Pelo contrário, Lobato não tece quaisquer observações a esse respeito.

Quanto à sintaxe, anônimo dedica-lhe 13 páginas da sua gramática. Considera que sintaxe “he huma Parte da Grammatica, que ensina a compôr huma Oraçaõ bem ordenada” (ANÓNIMO, 1804, p. 125), pelo que o objetivo da sintaxe já não é a simples relação entre as palavras, a sua ordem, mas a própria oração. Esse aspecto é inovador, na medida em que é encontrado apenas em gramáticas do século XIX posteriores ao compêndio em estudo. Nota-se, assim, uma evolução na definição de sintaxe relativamente a Lobato, pois esse autor limita a noção de sintaxe à ligação entre as palavras, pois a “Syntaxe he a recta composiçaõ das partes da oraçaõ entre si” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 314 [172]).

Após sustentar a noção de sintaxe no conceito de oração, anônimo estabelece a divisão de sintaxe em regular, que pode ser de concordância ou de regência, e figurada. Segue, desse modo, o esquema mais comum da gramática latina adotado por grande parte dos gramáticos portugueses de setecentos, entre os quais destacamos Lobato e Figueiredo.

Também no que diz respeito às definições, anônimo parece ter seguido Lobato, porém, numa linha de coerência com a própria definição de sintaxe, centra o seu objetivo na oração na caracterização de sintaxe regular que “he a que ensina a fazer huma Oraçaõ conforme as regras da Grammatica” (ANÓNIMO, 1804, p. 125), contrariamente a Lobato, que evidencia a relação entre as palavras, considerando: “Syntaxe simples, ou regular he a composiçaõ das partes da oraçaõ, ordenada conforme as regras geraes da Grammatica” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 315 [173]).

No que diz respeito à sintaxe de concordância, anônimo apresenta uma noção muito elementar, limitando-se a salientar a união entre as palavras. Porém, implicitamente, tenta ser mais preciso na sua definição, acrescentando o fato de essa união se estabelecer entre palavras que têm alguma conformidade entre si,

ainda que de forma muito vaga. Assim, considera que a “Syntaxe de Concordância he a que ensina a unir as palavras entre si”, ou seja, “CONCORDANCIA he a união de duas, ou mais palavras, que tem alguma cousa de commum entre si” (ANÓNIMO, 1804, p. 125-126). Essa definição assemelha-se à de Lobato, todavia esse autor é mais explícito, pois “Syntaxe de concordancia he a união de duas, ou mais partes da oração, que sendo da mesma, ou diversa especie, conuem em alguma cousa” (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 315 [173])

Nos tipos de concordância, anônimo limita-se a assinalar a do adjetivo com o substantivo, em gênero e número, e do verbo com o sujeito, em número e pessoa. Lobato, por seu turno, admite ainda a concordância do substantivo com o substantivo, em caso, gênero e número (LOBATO apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 317 [175]).

Na definição de sintaxe de regência, o gramático anônimo apresenta uma explicação pouco esclarecedora, defendendo que “he a que ensina a usar dos casos do nome: vem a dizer; a que ensina a antepôr, ou naõ o artigo, e a preposição ao nome na lingua Portugueza” (ANÓNIMO, 1804, p. 128), pelo que faz a advertência seguinte:

*Regencia he a necessaria dependencia que o nome em razaõ de parte da oraçaõ com certas circumstancias, tem do artigo, ou da preposiçaõ com o artigo, ou sem elle, de sorte que dado o nome se ha de dar o artigo, ou a preposiçaõ com elle, ou sem elle, e dado o artigo, ou dada a preposiçaõ com o artigo, ou sem elle, se ha de dar o nome* (ANÓNIMO, 1804, p. 129).

Embora não seja muito mais consequente sobre o que já havia dito sobre a regência, pensamos, no entanto, que o autor considera inseparáveis as noções de regime e variação formal do nome. Assim, regime é a dependência, ou a variação dos casos por parte da palavra “regida” – o nome.

Ainda que seja a variação formal do nome a principal preocupação para o autor, julgamos que a referência à noção de “dependencia que o nome em razaõ de parte da oraçaõ com certas circumstancias” implique, como salienta Calero Vaquera (1986, p. 207), já algumas preocupações sintáticas e semânticas, não obstante ainda incipientes.

Ao terminar o tratamento da sintaxe de regência, anônimo apresenta seis regras de regência, contemplando os seis casos em que o nome pode entrar na oração: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.

Resta salientar que, em relação à sintaxe de regência, o gramático anônimo expõe uma perspectiva de análise que não é visível nas principais gramáticas setecentistas.

Por fim, anônimo trata a sintaxe figurada, dizendo tão só que “he a que ensina a usar as figuras gramaticais” (ANÓNIMO, 1804, p. 134), no entanto, esclarece posteriormente: “*Figura gramatical* he certa maneira de fallar, usada entre os que escrevêraõ melhor em linguagem Portugueza, e que parece afastar-se das Regras da Syntaxe Regular” (ANÓNIMO, 1804, p. 134), dividindo-a, depois, em elipse (diminuição), que subdivide em zeugma, silepse, síntese e enálage, pleonasma (aumento) e hipérbato (transposição). Essa abordagem da sintaxe figurada assemelha-se, de resto, aos gramáticos setecentistas, no entanto, convém não esquecer que esse assunto não constitui um motivo de grande dissensão entre os gramáticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tivemos oportunidade de constatar, o *Compêndio da grammatica portugueza* é uma obra do início do século XIX cujo paradigma gramatical é, em grande parte, herdeiro das teorias linguísticas do século predecessor.

No que diz respeito às suas fontes, se a influência da *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Antônio José dos Reis Lobato, parece ser uma presença quase certa na obra de anônimo, este facto não é de estranhar, na medida em que aquela foi a primeira gramática oficial nas escolas portuguesas decretada por alvará régio de 30 de setembro de 1770, pelo que seria normal todos os gramáticos da época estarem bastante familiarizados com tal instrumento de aprendizagem.

Todavia, anônimo mostrou ter conhecimentos gramaticais sólidos, não se limitando a absorver as ideias linguísticas de Lobato, sobretudo no que diz respeito ao sistema ternário das partes do discurso, do qual se afasta por completo. Na nossa opinião, julgamos que também tinha conhecimento da gramática de Pedro de Figueiredo, além de outras gramáticas setecentistas, como a de Contador de Argote.

Não obstante, pensamos que o gramático também foi inovador, nomeadamente no que diz respeito à sintaxe. De fato, pela forma como centrou a sua análise na oração, da forma como abordou em particular a sintaxe dita “regular”, nota-se um grande esforço de se afastar dos seus predecessores e, conseqüentemente, da terminologia da gramática latina, tentando encontrar uma nomenclatura que tivesse em conta a especificidade da língua portuguesa.

### THE COMPENDIUM OF PORTUGUESE GRAMMAR IN THE FRAME OF THE PORTUGUESE GRAMMATICOGRAPHY IN THE EARLY NINETEENTH CENTURY

**Abstract:** *At the dawn of the nineteenth century, more precisely in 1804, the Compendium of the Portuguese grammar was anonymously published. With a second similarly limited edition of 1839, this is a work that generally addresses a scholarly audience, intending to instruct the Portuguese youth. There is no explicit reference to its influences, although it seems to highlight some inspiration on the eighteenth-century Portuguese grammaticography. Since the work reveals, however, some new features, especially in the exposure of the subjects and linguistic terminology, we intend to make a brief presentation of the two editions of this compendium, giving relevance to possible differences between the editions, while we aim to establish the references that the author may have consulted.*

**Keywords:** *Linguistic historiography. Portuguese grammaticography of the seventeenth-eighteenth century. Grammar structure.*

## REFERÊNCIAS

ANÓNIMO. *Compêndio da grammatica portugueza para instrucção da mocidade*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1804.

ANÓNIMO. *Compêndio da grammatica portugueza para instrucção da mocidade*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1839.

- AUROUX, S. Annexe I: les critères de définition des parties du discours. *Langages*, v. 92, p. 109-112, 1988.
- ASSUNÇÃO, C. da C. *Para uma gramatologia portuguesa dos primórdios do gramaticalismo em Portugal a Reis lobato*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1997.
- ASSUNÇÃO, C. *A arte da grammatica da língua portuguesa de António José dos Reis Lobato*. Estudos, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa (1822)*. Ed. fac-similada. Comentário e notas: Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2004 [1822].
- CALERO VAQUERA, M. L. *Historia de la gramática española (1847-1920)*. Madrid: Editorial Gredos, 1986. (Coleção Biblioteca românica hispânica – II. Estudios y ensayos, 345).
- DUARTE, S. La presencia castellana en el *Arte da grammatica portuguesa* de Pedro José de Figueiredo. In: MORO, E. B.; FERNÁNDEZ, V. C.; JIMÉNEZ, P. P. (Ed.). *Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación*. Münster: Nodus Publikationen, 2012.
- FIGUEIREDO, P. J. de. *Arte da grammatica portugueza em methodo breve, fácil e claro, offerecida a sua alteza real o serenissimo senhor Dom Antonio, principe da Beira*. Lisboa: Imprensa Regia, 1799.
- FIGUEIREDO, P. J. de. *Arte da grammatica portugueza em methodo breve, fácil e claro, reformada nesta quarta edição para uso do collegio real de nobres, e do real seminário do patriarchado*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837.
- FONSECA, P. J. da. *Rudimentos da grammatica portugueza, cómodos á instrução da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons autores*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.
- GÓMEZ ASENCIO, J. J. *Subclases de palabras en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1985.
- KEMMLER, R. *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, 2007.
- LOUREIRO, M. A descrição das partes da oração na primeira gramática portuguesa para o ensino feminino. In: COSTA, M. A.; FLORES, C.; ALEXANDRE, N. (Org.). ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA: textos seleccionados, 27., Lisboa, 27 a 29 out. 2011. *Anais...* Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2012. p. 340-359.
- MOURA, J. V. G. de. *Noticia succinta dos monumentos da lingua latina, e subsidiarios necessarios para o estudo da mesma*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1823.
- MOURA, T. M. T. de. Contribuições para o estabelecimento de uma tipologia verbal setecentista. In: ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G.; LOUREIRO, M. (Eds.). *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a Séc. XIX)*. Münster: Nodus Publikationen, 2010.

MOURA, T. M. T. de. *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2012.

MOURA, T. T. de; ASSUNÇÃO C. Influência da GRAE (1771) em Pedro José da Fonseca (1799). In: KLUMP, A.; KRAMER, J. *Romanistik in Geschichte und Gegenwart* 18,1. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 2012. p. 97-113.

MOURA, T. T. de; ASSUNÇÃO, C. Classificação do nome na tradição gramatical portuguesa na segunda metade do século XVIII. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 92-107, 2013.

SCHÄFER-PRIEß, B. *A gramaticografia portuguesa de 1540 até 1822: condições da sua gênese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução Jaime Ferreira da Silva, rev. e atual. pela autora. No prelo.

Recebido em fevereiro de 2014.

Aprovado em abril de 2014.